

Fragmentos de discursos de um cotidiano racializado: Ressonâncias de *Memórias da plantação*¹

Fragments of Discourses of a Racialized Daily Life: Resonances of Plantation Memories

Vanise Medeiros²
André Cavalcante³

(...) a língua, por mais poética que possa ser,
tem também uma dimensão política de criar, fixar
e perpetuar relações de poder e de violência
(KILOMBA, 2020, p. 14)

(...) Se pôr na escuta das circulações cotidianas,
tomadas no ordinário do sentido.
(PÊCHEUX, [1983] 2015, p.48)

RESUMO

Neste artigo, que se sustenta na Análise do Discurso materialista, refletimos sobre as intervenções propostas por Grada Kilomba, na carta de apresentação de seu livro *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Dividimos em três eixos suas intervenções: (i) que se volta para a terminologia e conceituação. São propostas outras formas de conhecimento implicadas também na ordem do dizer, tais como racialização, branquitude; (ii) que incide sobre a escrita, sobre a ortografia, sobre a letra. Em lugar de a ou o, introduz-se o x ou lança-se mão da barra inclinada indicando a ou o (queridxs, outra/o); (iii) que se assinala para a substituição de palavras, ou seja, indica-se o que se deve ou não dizer; por exemplo, escravizados em lugar de escravo. Estão em jogo, entre outros aspectos, a questão da linguagem inclusiva em confronto com posições discursivas que descartam a possibilidade de intervenção social sobre a língua; o confronto entre posições de saber sobre sujeitos e sociedade historicamente legitimadas e outras posições silenciadas; uma memória que sustenta posições dominantes assim como o que escapa à inscrição da memória. Com efeito, a luta na língua é um dos pontos sensíveis nessa carta (bem como no livro) para o qual voltamos nosso olhar.

Palavras-chave: *língua; racialização; luta de classes.*

1 Este artigo decorre de uma apresentação feita no simpósio Luta de Classes, Gênero e Raça do X SEAD (2021).

2 Universidade Federal Fluminense.

3 Universidade Federal de Pernambuco.

ABSTRACT

In this article, which is based on materialist Discourse Analysis, we reflect on the interventions proposed by Grada Kilomba in the cover letter for her book *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. We divide their interventions into three axes: (i) they turn to terminology and conceptualization. Other forms of knowledge also involved in the order of saying are proposed, such as racialization whiteness; (ii) that focuses on writing, spelling, on the letter. Instead of a or o, the x is introduced or the forward slash is used, indicating a or o (queridxs, outra/o); (iii) that is marked for the substitution of words, that is, what should or should not be said; for example, enslaved instead of slave. At stake, among other aspects, is the issue of inclusive language in confrontation with discursive positions that rule out the possibility of social intervention on language; the confrontation between positions of knowledge about historically legitimized subjects and society and other silenced positions; a memory that sustains dominant positions as well as what escapes the inscription of memory. In effect, the struggle in the language is one of the sensitive points in this letter (as well as in the book) to which we turn our gaze.

Keywords: *Language; Racialization; Class Struggle.*

I. Cenas do nosso cotidiano

111

Primera cena: *Eu saio sem documento para não ser assaltada. Até para ir à padaria eu vou com documentos.* Dois enunciados de um diálogo entreouvido: o primeiro, proferido por uma jovem branca; o segundo, por um jovem negro. Segunda cena: *Ando tensa em ter que entrar em ônibus, pegar o vírus e ... morrer. Meu medo, a cada vez que entro num ônibus, é de não sair dele viva.* Dois enunciados capturados em tempos de pandemia: o primeiro, de uma jovem cisgênera; o segundo, de uma travesti. Terceira cena: *Sentia que não fazia parte desse ambiente.* Um enunciado escutado de um jovem negro em relação à universidade em que estudava. Tais enunciados, presentes em situações corriqueiras do nosso cotidiano, nos dão a saber de embates na nossa sociedade que dizem respeito à racialização, ao gênero e à classe, que dizem respeito, sobretudo, à branquitude em seus privilégios já naturalizados. São embates que se inscrevem na língua, no olhar, no gesto, no corpo; são embates que se inscrevem na cidade, na sociedade, na vida comum das pessoas.

Este trabalho parte do incômodo diante de enunciados que, como estes, denunciam modos distintos e apartados de transitar e de (poder) viver em uma sociedade, ou ainda, parte das cegueiras da branquitude em relação a como seus privilégios foram e permanecem sendo construídos e legitimados. Considerando estudos que interseccionalizam classe, gênero e racialização, tomamos como ponto de partida para nossa reflexão a carta de Grada Kilomba (2019) aos leitores de *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tal livro, publicado originalmente em inglês, traz recortes de episódios de racismo que atingiram mulheres negras na relação com o corpo e com a cidade, na Alemanha. O livro relaciona teorias pós-coloniais, estudos de branquitude, de gênero, de feminismo negro, de psicanálise, entre outros. Como foi escrito em inglês, sendo traduzido dez anos depois, a autora portuguesa insere na edição brasileira uma carta explicando a trajetória do livro e apontando a necessidade de intervenções na língua; ao fim da carta, há ainda um glossário.

Em nosso gesto de leitura, dividimos as intervenções propostas por Kilomba, na carta e ao longo do livro, em três eixos: um sobre a terminologia e conceituação, sobre formas de dar a saber e a conhecer; outro, sobre a escrita a partir de uma linguagem inclusiva, utilizando a, /, x em palavras que marcariam na língua portuguesa o gênero em feminino ou masculino; e ainda um terceiro que assinala para a luta no léxico ao propor outras palavras que substituam aquelas que aprisionam corpos em espaços de interdições à vida. É sobre esses eixos e tendo como foco sobretudo a carta da autora à edição brasileira que produzimos nossa reflexão neste artigo.

112

II. A língua como carne

A língua não é neutra, este é um dos ensinamentos basilares advindos das lutas de classe, de gênero e raciais. A língua é uma das formas de apagamento, de silenciamento e de opressão, aprendemos com a Análise de Discurso materialista, teoria que sustenta nossa reflexão. É para a urgência da língua como possibilidade de vida que nos acena Grada Kilomba ao abrir e ao fechar sua carta:

Não havia nada mais urgente para mim do que sair, para poder aprender uma nova linguagem. Um novo vocabulário, no qual eu pudesse finalmente encontrar-me. No qual eu pudesse ser eu. (KILOMBA, p. 11)

Parece-me que não há nada mais urgente do que começarmos a criar uma nova linguagem. Um vocabulário no qual nos possamos todas/xs/os encontrar, na condição humana. (KILOMBA, p. 21)

Com efeito, a luta na língua para que formas de vida interditas possam viver é um dos pontos sensíveis no livro dessa autora sobre o qual voltamos nosso olhar. Uma luta para que possam ter lugar aquelas pessoas sem lugar na sociedade. Com Lélia Gonzalez (2020), entre outras teorizações, sabemos que se aprende a ser branco, a ser negro, a ser mulher. Tal aprendizado passa pela escola – “A escola ensina a ser branco a quem é e a quem não é”, ouvimos de Gonzalez em suas entrevistas – assim como passa também pelo cotidiano, pelos corpos, pelas instituições, pelo trabalho, pela língua, sobre cuja dimensão recai a carta e o livro de Grada Kilomba. Conforme Mara Glozman:

Hay un lazo sensible entre las formas de la vida y las formas del decir. Las palabras son cuerpo y llegan al cuerpo: pueden producir escalofríos, dejarnos sin voz, pueden tocar quién sabe qué puntos oscuros o dulces de alguna de las capas que nos habitan. La palabra, la forma de una frase, nunca se sabe bien qué fibra moviliza, qué ecos trae: trazo que se imprime sobre otros tantos trazos, los convoca, los evoca, los trastoca. (GLOZMAN, 2019, s/p)

Palavra, nomeação, formas de dizer, de não dizer, de (fazer) calar, de (fazer) falar: desde a carta, a língua é lugar de investimento para resistir à violência (im)posta. E é a ela, em suas três dimensões, ou em seus eixos de intervenção, como indicamos, que nos voltamos a seguir.

113

A) “*Não podemos combater o que não tem nome*”⁴

Conceitos, noções, terminologias⁵ permitem pensar mundo, realidade, práticas, sujeitos; possibilitam compreender o que se mostra incompreensível; conferem sentidos ao inteligível. Conforme Tore Janson (2015, p. 116), “sem conceitos, o mundo permanece caótico. Por outro lado, os conceitos podem atribuir à realidade uma coerência que não existe senão nos próprios conceitos”. É preciso atentar para esse outro lado da produção de conceitos, de terminologias. Eles podem e servem para segregar, como sabemos; não são isentos de historicidade, de condições de produção. Inscrevem-se em formações discursivas e podem ser capturados por formações discursivas antagônicas. Em função de suas inscrições, podem sustentar gestos que incidem sobre a vida e sobre a morte⁶. Iluminam, mas também cegam. Este é

4 Enunciado extraído de Djamila Ribeiro (2019, p. 21).

5 Neste artigo, não estamos distinguindo conceitos de noções ou de terminologias.

6 Conceitos teóricos são criados a partir de posições teóricas, no entanto, eles podem migrar e, por vezes sob um mesmo termo, produzir sentidos distintos.

um dos impasses do pensamento científico, do trabalho com o conhecimento. É preciso pensar sobre suas bases e suas inscrições e implicações históricas, sociais, ideológicas; e é necessário refletir sobre o que é posto como conhecimento a saber e a não saber.

Luta-se também com e por conceitos e terminologias porque se luta por formas de compreender e de produzir significâncias. Esta é uma das tarefas que se apresenta na carta introdutória do livro em foco:

Escrevo esta Introdução, inexistente na versão original inglesa, precisamente por causa da língua: por um lado, porque me parece obrigatório esclarecer o significado de uma série de terminologias que, quando escritas em português, revelam uma profunda falta de reflexão e teorização da história e heranças coloniais e patriarcais, tão presentes na língua portuguesa; por outro lado, tenho de dizer que esta tradução é maravilhosamente elaborada, pois traduz um livro inteiro apensar da ausência de termos que noutras línguas como a inglesa ou alemã, já foram desmontados ou mesmo reinventados num novo vocabulário, mas que na língua portuguesa continuam ancorados a um discurso colonial e patriarcal, tornando-se extremamente problemáticos. Assim, as notas de rodapé que comecei por escrever para a versão portuguesa, por revelarem o meu posicionamento como autora e ajudarem à leitura e à reflexão da própria língua portuguesa, acabaram por ser introduzidas no próprio texto – e explicadas no glossário que se segue, por ordem cronológica de ocorrência.

Não posso deixar de escrever um último parágrafo, para lembrar que a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. **No fundo, através das terminologias, a língua informa-nos constantemente de que é normal e de quem é que pode representar a verdadeira condição humana. (KILOMBA, 2020, p. 14, negrito nosso)**

Com o fragmento acima, de dois parágrafos da carta, somos postos tanto diante da premência em esclarecer, em rever terminologias, quanto do fato de que elas trabalham aquilo que vai sendo posto como normalidade, que vai sendo significado como *a condição humana*. Com elas, se institui quem será reconhecido como humano, com todas as consequências para quem não está ou estará incluído nesse grupo que vai se instituindo a partir

de gestos conceituais. Nesses parágrafos, a autora assinala ainda para um impasse entre línguas e para um funcionamento colonialista e patriarcal na língua portuguesa – mais adiante voltaremos a esse ponto –; o que agora nos importa sublinhar é a necessidade de se colocar em cena outras formas de conhecimento, e isto tanto por uma produção terminológica que acene para outras formas de saber quanto por uma revisão que indique os cadafalsos que sustentam certos termos, certos conceitos.

Patricia Hill Collins (2019), na mesma chave de Grada Kilomba, nos fala da necessidade de “desenvolver um referencial epistemológico que possa ser usado tanto para avaliar o pensamento feminista negro já existente quanto para elucidar alguns dos pressupostos que dificultam seu desenvolvimento.” (COLLINS, 2019. p. 57-58). Essa autora comenta ainda sobre a dificuldade e a energia gastas para “nomear o conhecimento produzido por elas” (id. p. 61), no caso, mulheres negras estadunidenses. “Nomear se torna uma maneira de transcender as limitações das opressões interseccionais” (idem, p. 212).

Nesse sentido, cabe citar Mariana Cestari ao falar sobre a interseccionalidade: “constitui-se como ferramenta teórico-metodológica fundamental para ativistas e teóricas feministas comprometidas com análises que desvelem os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça” (CESTARI, 2015, p. 45).

“Não podemos combater o que não tem nome”, nos diz Djamilia Ribeiro (2019, p. 21). E o que já tem produz efeitos por vezes danosos, podemos continuar. É esta a peleja, acerca do que ainda não foi nomeado, dos equívocos e problemas do que já existe que se faz carne no livro de Grada Kilomba a partir também do glossário e das notas de pé de página. Ambos são, diríamos, sintomas de uma urgência que faz palco na língua. Glossário e notas funcionam nessas obras – e aqui se inclui o glossário em Patricia Collins, no qual a autora define, ao final do livro, conceitos, noções, terminologias presentes, tanto presente em sua obra quanto em circulação na sociedade – como acontecimentos linguísticos e discursivos.

André Collinot e Francine Mazière (1997) nos falam de operações no processo de dicionarização das palavras. Por exemplo, registrar uma palavra implica conferir um estatuto cultural, ou ainda uma existência espaço-temporal à palavra. Uma nomeação não é atemporal, tampouco se faz sem condições de produção de formulação. O gesto de instituir uma palavra como *palavra de dicionário*, conforme os autores, é tanto um acontecimento discursivo quanto um acontecimento linguístico: demanda um saber linguístico e se institui discursivamente. Se pensarmos em terminologia ou em conceitos, a questão se faz mais problemática porque eles decorrem de teorias, de formas de conhecimento sobre o mundo, de meios de compreensão de práticas, de sujeitos, de sociedades, como indicamos anteriormente. Nomear, aqui, implica em engendrar formas de conhecimento. E rever o já nomeado é remexer em

memórias instituídas, em pré-construídos que produzem efeitos do *é-*assim**. É nesse sentido que glossários e notas de rodapé, nesses livros, se inscrevem como sintomas de uma urgência de luta na língua.

No caso específico da carta aqui em foco, não temos notas, como ocorre ao longo do livro, mas um glossário que é incorporado à carta no qual a autora traz alguns termos, explica-os, discute seus impasses na língua portuguesa e enuncia um modo de tratamento, marcando-os em itálicos ou reduzindo a uma única letra, como podemos ver abaixo para o verbete *m*. (*mestiça/o*), *m*. (*mulata/o*), *c*. (*cabrita/o*):

(...)

Os termos mais comuns são: *m*. (*mestiça/o*), palavra que tem sua origem na reprodução canina (...), *m*. (*mulata/o*), palavra originalmente usada para definir o cruzamento entre um cavalo e uma mula (...); *c*. (*cabrita/o*), palavra comumente usada para definir as pessoas de pele mais clara, quase próximas da *branquitude*, sublinhando porém a sua *negritude* e definindo-as como animais. O que é particular a toda essa terminologia é o fato de estar ancorada num histórico colonial de atribuição de uma identidade à condição animal. Por essas razões, opto por escrevê-la em itálico e abreviada: *m.*, *m.,c.* (...) (KILOMBA, 2020, p. 19)

116

É, como se nota, no corpo de suas explicações que outros termos e noções, como *negritude* e *branquitude*, comparecem indicados em itálico. Nesse fragmento, encontra-se o que estamos sinalizando como premência para uma tecitura de outros conceitos (no caso, para além de *negritude*, urge pensar em *branquitude*) que deem conta do que ocorre na língua, na sociedade com implicações sociais, políticas, ao lado da urgência da substituição ou de apagamento de termos que inscritos em uma formação discursiva colonial.

B) Na letra a possibilidade da inscrição na sociedade

Grada Kilomba nos alerta para a necessidade de se construir uma nova língua(gem) na qual ela e seus leitores também pudessem se encontrar, o que passa diretamente pela escrita, pela letra, demarcando formas de ser e estar no mundo. Aqui nos referimos às intervenções a partir de marcações de palavras com (x) ou com a (/).

A escrita, como registro formal, normativiza e se impõe como forma de prestígio na sociedade. Assim, desnortatizar usos é uma ação política na/sobre a língua. Essa tomada de posição pode abrir espaços de dizer para sujeitos que estão à margem da sociedade. Nos últimos anos, muito se tem

discutido sobre a linguagem inclusiva, não binária, e outras formas como ela pode ser denominada. São debates acalorados nos quais militantes, linguistas, jornalistas e políticos lançam mão dos mais diversos argumentos contra ou a favor e que não dizem respeito apenas ao cenário brasileiro. Cameron (2020) afirma que discussão sobre linguagem não sexista não é algo tão recente e que ocorre em países como Inglaterra, França, Alemanha. A autora também reflete como políticas de proibição de usos linguísticos que visam uma linguagem inclusiva estão mais associadas a partidos políticos de direita e extrema-direita. Ainda que o *boom* dessas discussões tenha se dado no Brasil nos dois últimos anos com leis e projetos que vetam o uso da linguagem inclusiva, há algum tempo temos discutido, por exemplo, usos de palavras já dicionarizadas como *presidenta*, como discutiu Marcos Bagno (2015) e outros. Além de outros estudos e pesquisas⁷ das mais formais às discursivas.

Na carta de Grada Kilomba, a proposta por uma linguagem inclusiva se faz notar no corpo do texto e no glossário, seja ampliando com a barra inclinada ou com a letra x as possibilidades de gênero, seja denunciando ou iluminando com itálico e/ou aspas as (im)possibilidades na língua de tal ampliação. É o caso, por exemplo, ao marcar a palavra *sujeito* (indivíduo), em itálico, justificando a impossibilidade de variação no gênero, *sujeita*. Pensando sobre esses usos, em *Memória da Plantação*, observemos um verbete do glossário que se incorpora à carta:

“*Outra/o*”

Other é um termo neutro em inglês, ausente de gênero. A sua tradução em português permite variar entre dois gêneros- *a/o outra/o*. Embora parcialmente seja satisfatório, pois inclui o gênero feminino e põe-no em primeiro lugar, não deixa de o reduzir à dicotomia feminino/masculino, menina/menino, não permitindo estendê-lo a vários gêneros LGBTQIA+ - *xs Outrxs* -, expondo, mais uma vez, a problemática das relações de poder e a violência na língua portuguesa. Por estas razões, opto por escrever o termo em itálico e entre aspas: “*Outra/o*”. (KILOMBA, 2019, p. 16)

A autora explica que a palavra “other”, no inglês, não tem marcação de gênero, mas, no português, há masculino e feminino: *a/o outra/o*. Ela usa, portanto, as barras inclinadas, com o feminino em primeiro lugar. Kilomba diz que esse uso é satisfatório, mas que reafirma a dicotomia masculino/feminino, não abarcando outros gêneros, por exemplo, o grupo LGBTQIA+, “*xs outrxs*”. O uso “x” na escrita de Kilomba alerta o não binarismo, a impossibilidade,

7 Entre outros estudos, podemos citar, por exemplo, Mónica Zoppi-Fontana (2015), Laís Medeiros (2016), Dantielli Garcia e Lucilia Abrahão e Sousa (2016), Rodrigo Borba e Adriana Lopes (2018), Luiz Carlos Schwindt (2020), Dante Lucchesi (2020).

para a autora, de abranger algo para além do masculino e do feminino pela marcação gramatical. A não permissão desses usos na escrita formal, para Kilomba, é mais uma forma de violência na língua portuguesa. Para tentar “solucionar”, ela marca em itálico tais palavras; marcação que destaca e que aponta para a impossibilidade de, pela linguagem, tudo simbolizar. Há, no entanto, algo que sempre nos escapa. Escapa a essa reflexão que isso não diz respeito apenas à língua portuguesa, mas é o próprio funcionamento das línguas: não há como colocar em palavra, dar nome a tudo; não é possível fazer uma assepsia da linguagem, retirando por completo as ressonâncias de dizeres preconceituosos e discriminatórios tão arraigados na nossa sociedade.

Como nos dizem Gadet e Pêcheux (2010), a linguística é campo da divisão sob a unidade. E, para Faria (2021, p. 208), “a gramática marca na língua aquilo que se marca nas classes sociais. De como disputas linguísticas vivas em uma época comparecem na gramática – de forma implícita ou não. A gramática, é bem verdade, afeta o dizer”. Entendemos, em consonância com os autores, que as disputas e lutas também estão inscritas na linguagem.

Ainda na carta, existem inscrições como “xs sujeitxs -”, que seriam identificadas como erros ortográficos⁸ (p. 15), e outras com barras inclinadas como “negra/o” (p. 16) e “escravizada/o (p.20). Kilomba marca sua posição em adaptar o que seria gramaticalmente correto, mas que, do ponto de vista social, traz ressonâncias de dizeres coloniais e patriarcais. Pelas aspas, pelos itálicos, pela ordenação entre o feminino e masculino, a autora inscreve sua desconfiança e críticas à linguagem.

No embate entre a norma gramatical e os “novos” usos linguísticos, podemos pensar as intervenções linguísticas da autora, como um gesto de resistência. Conforme Pêcheux, a resistência se materializa no

não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como se fosse uma estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... (PÊCHEUX, [1982] 1990, p. 17).

Mudar, alterar, marcar com outros signos, acrescentar pronomes, são formas de marcar uma resistência à norma, que se estende da gramática aos corpos. As marcações propostas por Kilomba recaem sobre a morfologia e se estendem à sintaxe, afetando a estrutura da língua. Apontam para um impossível a dizer, na medida em que *outrxs*⁹ não é pronunciável. O (im)

8 Aqui a autora se refere à norma gramatical que identificaria como “erro” o uso de “x” na desinência de gênero.

9 O “x”, mesmo identificado como “erro ortográfico”, como diz a autora, inscreve-se na

possível a se dizer sobre o gênero, sobre as lutas de corpos e sujeitos produz seus efeitos, é uma forma de lidar com o real, o impossível de simbolizar que, como diz Pêcheux, “não descobrimos [...] a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra” (PÊCHEUX, [1983] 2008, p. 29).

Nesse jogo na língua, Grada Kilomba parte do princípio de que é necessário promover uma reescrita na língua portuguesa, uma vez que esta língua ainda é muito marcada de termos colonialistas e patriarcais, que não estariam presente em outras línguas ou que teriam sido, como exemplifica a autora, desmontados de línguas como o inglês e o alemão. Este é um ponto sensível aqui e nos debates que tocam questões interseccionais. Duas são as observações a serem feitas: por um lado, precisamos atentar para a ilusão de supor uma relação inequívoca entre língua e sujeito, ou ainda um como se os sentidos fossem e ficassem colados às palavras e bastasse banir algumas delas ou impor outras formas de escrita¹⁰. Por outro lado, há força, há historicidade, há memória inscritas em certas palavras. É nesse sentido que, diríamos a partir da autora, é preciso lutar contra um funcionamento colonialista e patriarcal na língua portuguesa.

Assim, os usos como os “/”, “@”, “x” e o “e”, dizem de uma prática política que produz fissuras na linguagem, que trazem à tona as lutas por se dizer. Sobre o “x”, Rodrigo Borba e Adriana Lopes (2018, p. 281) nos dizem que “rasurar o gênero gramatical com o X esgarça o campo semântico-pragmático de seu alcance: se, gramaticalmente, as desinências “o” e “a” têm referentes bem circunscritos (e, portanto, excludentes), o X abarca todxs por conta de sua indeterminação...”

Laís Medeiros refletindo também sobre a linguagem inclusiva nos traz que

De um lado, temos o @, que transgridiria a morfologia sem transgredir o binarismo, uma solução de arestas polidas e até graficamente arredondadas, remetendo aos domínios da informática e da comunicação on-line. Do outro, o x, graficamente pontiagudo, que rasuraria e carregaria consigo pré-construídos de diferentes campos de saber: é com um x que se assinala a alternativa escolhida (inclusive a de “sexo”, seguida das opções “masculino” e “feminino”, que se apresenta em qualquer formulário de identificação); é um x que perseguimos quando, frente a uma equação matemática, queremos chegar numa resposta certa, exata; é a abertura

carta de apresentação do livro como uma outra possibilidade, ainda que sua opção seja pela “/”.

10 Nesse sentido, é interessante ler Glozman (2021).

que clama por um fechamento. No entanto, quando incorporado à escrita, anuncia a permanência de uma abertura: aqui, nesta posição do discurso militante, não se fecha com a neutralidade, mas com o questionamento e a transgressão. (MEDEIROS, 2016, p. 81-82)

Para a autora, as formas de marcar uma linguagem inclusiva vão de formas que transgridem a morfologia, mas não ultrapassam o binarismo feminino/masculino, como também pontuou Grada Kilomba, ao discutir o uso do “ / ”. Já o “ x ”, como também discutiram Rodrigo Borba e Adriana Lopes (2018), rasuraria a escrita, indeterminando o gênero. É uma letra que inscreve a diferença, as possibilidades diversas que podem ser marcadas no lugar da desinência de gênero da gramática. Lugar possível para se dizer de sujeitos que estão além do binarismo masculino/feminino, “xs outrxs”, nas palavras de Kilomba. Laís Medeiros (2016), Brune Medeiros & Rodrigo Borba (2020) e outros autores que se debruçam sobre o tema asseveram que essas formas (/ , @ e x) estão entrando em desuso por diferentes motivos e, também, por algumas críticas que afirmam que a dificuldade de leitores digitais em decodificar alguns sinais. Assim, o “e” tem assumido a posição mais atual de marcador de uma linguagem inclusiva que não determine palavras em masculino ou feminino.

Enfim, as intervenções da escrita de Grada Kilomba apontam para uma reflexão metalinguística e social, questionando usos, historicidade de determinadas palavras e como a política se faz na/com a língua.

120

C) Fronteiras na língua

É a substituição de um léxico saturado por uma memória colonial e patriarcalista que está em cena no terceiro eixo, ou seja, trava-se uma luta no léxico, ao propor outras palavras que substituam aquelas que aprisionam corpos em espaços de interdições à vida.

Jean-Jacques Courtine (2009 [1981], p. 209) traça uma distinção entre *guerra ideológica de movimento* e *guerra ideológica de posição* que nos interessa aqui. Conforme esse autor, com o primeiro modo de guerrear, a luta se dá no movimento de apropriação da palavra do outro, isto é, toma-se a palavra outra e a faz significar diferentemente. A disputa, nesse caso, se faz torcendo e retirando sentidos do léxico outro, ou seja, a palavra permanece, mas seus sentidos são apagados. Já com o segundo modo, a luta se dá palavra a palavra, corpo a corpo, nas trincheiras, como diz o autor. Aí demarca-se, denuncia-se a palavra do outro e colocam-se outras em seu lugar. Este é o funcionamento que se encontra nesse terceiro eixo ao se propor, por exemplo, *escravizadas/os* e não *escravas/os*, *negra/o* e não *mulata/o*. Observe-se o verbete a seguir:

Na minha escrita, uso o termo “escravizada/o”, e não *escrava/o*; porque “escravizada/o” descreve um processo político ativo de desumanização, enquanto *escrava/o* descreve o estatuto da desumanização como identidade natural das pessoas que foram escravizadas. No entanto, o termo aparece por vezes de forma figurativa; nesses casos, opto por escrevê-lo em itálico: *escrava/o*

Escravizada/o e *escrava/o* instauram, portanto, fronteiras no dizer: circunscrevem posições discursivas distintas. Este é também o funcionamento que ocorre no primeiro eixo, ao se propor outras terminologias, e é, de certa maneira, o funcionamento no segundo eixo, ao lutar por outras formas de escrita. Com efeito, na carta e por vezes no livro, trata-se de uma luta em que se expõem as armas do outro e em que se anunciam as suas. Gesto que se estende aos itálicos, às aspas, às reduções e ao glossário que compõem a carta. Noutras palavras, talvez possamos dizer que o glossário e as marcações sobre a palavra configuram bandeiras que sinalizam a luta e as posições em que ela se dá.

São muitos os itálicos presentes ao longo da carta, do glossário e do livro também. Eles marcam sujeitos envolvidos no processo de racialização e seus lugares na formação social como *negra*, *senhora da limpeza*, *pacientes*; marcam noções e processos de tomada de posição ante ao racismo, como *negação*, *culpa*, *vergonha*, *reconhecimento*, *reparação*; marcam o que não é aceito na gramática do português, como o x em outrxs ou ainda o *sujeita*, e o que é da língua foracluído por reproduzir racismo e colonialismo, como *escrava/o*. Trata-se de uma marcação que serve para enfatizar alguns termos, mostrar que outros termos reproduzem o patriarcalismo, o colonialismo e que não deveriam estar na linguagem, assim como servem para marcar a língua, pela qual a autora luta, mas que ainda não é aceita, como *objetxs*, *sujeitxs*, *sujeita*. Um funcionamento que se poderia dizer contraditório, por usar a mesma marcação itálica para o que se empreende e para o que se precisa mudar. Mas, considerando a força dessa memória colonialista e patriarcal, diremos que se trata de um funcionamento que indica algo como *observe bem tuas armas*; veja em que elas se ancora(ra)m e em que resulta(ra)m. e *observe as minhas*. A questão é trazer à cena cada posição e indagar para que elas acenam: para a exclusão ou para a possibilidade de vida?

Além de itálicos, outras formas de luta, como já dito, se apresentam com a redução da palavra à letra (escrever *m.* e não *mulata/o*), ou ainda com as aspas, que põem em evidência uma formação discursiva colonialista, como em ‘cruzamento de raças’:

Quanto a esta [nomenclatura animal], confrontamo-nos com uma longa lista de termos, frequentemente usados ainda hoje na língua portuguesa, que têm a função de afirmar a inferioridade

através da condição animal. São termos que foram criados durante projetos europeus de escravatura e colonização, intimamente ligados às suas políticas de controle da reprodução e proibição do “cruzamento de raças”, reduzindo as “novas identidades” a uma nomenclatura animal, isto é, à condição de animal irracional, impuro. (KILOMBA, 2020, p. 19)

São, pois, marcas na língua que exibem incômodos e feridas; que exibem formas de interdição e de possibilidade, que reduzem a existência humana à condição animal, como vimos anteriormente no verbete *m. (mestiça/o)*, *m. (mulata/o)*, *c. (cabrita/o)*. São formas de dizer não à vida e formas que enunciam formas de poder viver. Não são sem contradições. Mas não são sem uma busca de interferência no real dos corpos, das línguas, tampouco sem a ilusão de dar conta de uma outra linguagem.

III. “A língua vai aonde o dente dói”¹¹

O título do artigo, como se pode ver, jogou com o título da autora e trouxemos à cena episódios rotineiros em nossa sociedade que expõem a cegueira de corpos brancos em seus privilégios ordinários, triviais na vida em sociedade, ao lado da crueza do funcionamento de processos de exclusão e de interdição de corpos outros em decorrência de classe, de gênero e de racialização. Trata-se de episódios do cotidiano que se constituem como “coisas-a-saber” das lutas em torno da racialização, do gênero e das classes. “Conhecimentos a gerir e a [não] transmitir socialmente [...] descrição de sintomas e de atos (a efetuar ou evitar)” (PÊCHEUX, 2015, p. 34-35).

Por que iluminá-los? Porque são índices de uma formação ideológica na qual se sustenta exatamente a cegueira do branco em relação ao que lhe é *já-dado, já-concedido, já-garantido, já-instituído* como condição de vida. É no detalhe que mora o diabo, nos avisa um grande escritor. É no detalhe que o movimento ideológico de sustentação dos sentidos se faz mais encarnado e desapercibido. Detalhe, por exemplo, que se denuncia pela letra outra, pela substituição da palavra bem-dita no desejo de inclusão de formas de (se) dizer no discurso através da desigualdade-contradição-subordinação no interdiscurso (PÊCHEUX, 2009), fazendo mover a memória da plantação no cotidiano.

O livro de Kilomba nos permitiu vários caminhos de reflexão. Nossas trilhas se deram a partir da branquitude – algo urgente na nossa sociedade e um objetivo mais amplo nas nossas investigações. Conforme Schucman,

11 Enunciado atribuído a Lênin, citado em Pêcheux (2009 [1975], p. 77)

MEDEIROS, V.;
CAVALCANTE, A.
*Fragmentos
de discursos de
um cotidiano
racializado:
Ressonâncias de
memórias da
plantação*

a branquitude se refere a um lugar de poder, de vantagem sistêmica nas sociedades estruturadas pela dominação racial. Esse lugar é, na maioria das vezes, ocupado por sujeitos considerados brancos. (SCHUCMAN, 2012, p. 102)

Nosso percurso se fez sobre o movimento de luta na língua – algo que nos põe diante de divisões, relativas à classe, ao gênero e à racialização. Estamos em um momento de intensa produção de estudos relativos à interseccionalidade. A partir de Françoise Gadet e Michel Pêcheux (2010), diremos que estamos diante de uma divisão sob a unidade imaginária da língua, na qual a trama histórica de posições teórico-político-ideológicas pode afetar “os termos da lei, da ordem, da regra e do código” (GADET & PÊCHEUX, 2010, p. 30), das identificações e das subjetividades. É este o cenário da carta (e do livro) de Grada Kilomba sobre o qual caminhamos com nossas reflexões.

Referências¹²

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico*. São Paulo: Parábola, 2015.

BORBA, Rodrigo; LOPES, Adriana Carvalho. Escrituras de gênero e políticas de *différance*: Imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escolar. *Revista Linguagem & Ensino*, v. 21, n. 0, p. 241–285, 2018.

CAMERON, Deborah. Linguagem inclusiva não é só para inglês ver. *Contxt*, 2020. (<https://contxt.letras.ufrj.br/item/40-linguagem-inclusiva>, acesso em 12/01/2022)

CAVALCANTE, André. *O corpo que habito: resistências e produção de sentidos dos/sobre os corpos trans*. Tese de doutorado defendida na UFF em 2021.

CESTARI, Mariana. *Olhar o próprio umbigo e enegrecer o feminismo brasileiro ou feministas e antirracistas graças às orixás*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2015.

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

FRANÇA, Glória. *Gênero, raça e colonização: a brasilidade no olhar do discurso turístico no Brasil e na França*. Tese. (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel *A língua inatingível*. (Tradução: Bethania Mariani e Maria Elisabeth Chaves de Mello). Campinas: Editora RG, [1981] 2010.

GLOZMAN, Mara Ruth. “Cinco palavras en un calidoscopio”, en de Mauro, Sofía (coord.)

Antología degenerada. Una cartografía del lenguaje inclusivo. Buenos Aires: Museo del libro y de la lengua / Biblioteca Nacional, en prensa.

(<https://revistazigurat.com.ar/lenguaje-y-movimiento-feminista-critica-del-idealismo-linguistico/>)

12 Este artigo não foi possível sem as referências indicadas, embora nem todas tenham sido citadas. Há ainda outros textos relevantes que, embora não referidos aqui, permitiram tais reflexões.

MEDEIROS, V.;
CAVALCANTE, A.
*Fragmentos
de discursos de
um cotidiano
racializado:
Ressonâncias de
memórias da
plantação*

GLOZMAN, Mara Ruth. *La ilusión del todo. Lengua(je), discurso y política de géneros en perspectiva materialista*. Revista Latinoamericana del Colegio Internacional de Filosofía; Lugar: Paris; Año: 2021 vol. 8 p. 111 - 138

GONÇALEZ, Lélia. *Por um feminismo afrolatinoamericano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

JANSON, Tore. *A história das línguas: uma introdução*, São Paulo: Parábola, 2015.

FARIA, Michel. FARIA, Michel M. *Arquivo do conhecimento gramatical: uma compreensão discursiva da construção dos saberes sobre formação de palavras com os sufixos -ista e -eiro no Brasil*. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNICAMP. Campinas, SP, 2021.

GARCIA, Dantielli A.; ABRAHÃO E SOUSA, Lucília. A manualização do saber linguístico e a constituição de uma linguagem não sexista. *Revista Línguas e Letras*. V. 17, n 35, 2016, p. 86-106.

KILOMBA, Grada. *Memória da Plantação: episódios de racismo cotidiano* (Tradução Jess Oliveira). Rio de Janeiro: Combogó, 2019.

LUCCHESI, Dante. A estrutura da língua e a criação do gênero neutro. Roseta. 2020. (<http://www.roseta.org.br/2021/02/22/a-estrutura-da-lingua-e-a-criacao-de-genero-neutro/>, acesso em 12/01/2022).

MEDEIROS, Laís. *Essa língua não me representa: discursos sobre língua e gênero*. (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

MEDEIROS, Brune. BORBA, Rodrigo. *Linguagem Neutra*. Larvas Incendiadas, 2021. (<https://larvasincendiadas.com/2021/04/15/58-brune-medeiros-rodrigo-borba-linguagem-neutra/>, acesso em 12/01/2022.)

MODESTO, Rogério. *“Você matou meu filho” e outros gritos: um estudo das formas da denúncia*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos (Trad. brasileira de José Horta Nunes). *Cad. Est. Ling.*, nº 19, Campinas, jul./dez, [1982] 1990.

_____. (1983) *O discurso: Estrutura ou acontecimento*. 7ª ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

RIBEIRO, Ribeiro. *Pequeno Manual Antirracista*. SP: Companhia das Letras, 2019.

SCHUCMAN, Lia V. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo* Tese. (Doutorado em Psicologia) Programa de Pós-Graduação em Psicologia da USP. São Paulo, 2012.

SCHWINDT, Luiz Carlos. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. *Revista da Abralin*. V.10, n1., 2020, p. 1–23. (<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1709>, acesso em 12/01/2022)

ZOPPI-FONATANA, Mónica. Língua oficial e políticas públicas de equidade de gênero. *Línguas e instrumentos linguísticos*. n. 36, 2015, p.2021-243.